

De Hermes aos Exus

Comunicação e moral nos microfenômenos comunicacionais¹

Luís Carlos Lopes²

Resumo

Este trabalho consiste em uma investigação preliminar sobre os microfenômenos comunicacionais. O autor estuda o processo comunicacional, valorizando estes fenômenos e teorizando sobre suas especificidades. Analisa os significados sócio-comunicacionais de um fato específico de violência urbana, ocorrido em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Este é entendido como uma série de atos comunicacionais, vistos como meio para se compreender o processo que envolve falantes e ouvintes. Baseia seu estudo na avaliação crítica da obra de Jürgen Habermas e outros autores.

Palavras-chave

hermenêutica; microfenômenos comunicacionais; discurso verbal e não-verbal

Abstract

This article is a preliminary research about the communication small phenomena. This author studies the communication process emphasizing such phenomena and theorizing about their particularities. He analyses the social communicative meanings of a specific case urban violence in Niterói (Rio de Janeiro). This fact is understood as a series of communicative acts used to understand the process that holds speakers and listeners. The author makes a critical evaluation based on the Jürgen Habermas papers and others authors.

Introdução

¹ Este artigo foi na origem um trabalho apresentado e debatido na última INTERCOM, realizada em Manaus, em 2000, no XI ENCONTRO DOS GRUPOS DE TRABALHO no GT Teoria da Comunicação.

² Luís Carlos Lopes é professor adjunto IV do Departamento de Comunicação Social e membro do corpo permanente do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Os estudos de comunicação, nas suas várias vertentes, oscilam entre considerar o processo comunicacional como fenômenos de cultura, linguagem ou informação. Há formas híbridas, mas de modo geral prevalece uma destas opções.

De modo geral, os macrofenômenos comunicacionais têm espaço garantido nestes estudos. Os microfenômenos, isto é, a relação direta entre falantes é menos abordada e, na prática, considerada secundária. A expressão não-verbal, apesar de referenciada por vários autores, não ganha foro privilegiado na discussão do que é comunicação.

Neste trabalho, parto de uma visão minimalista do fenômeno comunicacional, valorizando o intercurso entre falantes com suas expressões não-verbais e verbais. Penso que este é composto por séries de atos comunicacionais que, de fragmento em fragmento, formam a facticidade do processo informacional. Destaco a importância da análise do comportamento (agir) em situações dadas, especialmente em casos extremos, como útil para a compreensão deste processo. Acredito que este agir é parte do contexto social e só assim deve ser entendido.

Pode-se falar de ‘famílias’ de microfenômenos comunicacionais que também compõem os de natureza macro. Mas creio que não há qualquer obrigatoriedade de que os fenômenos desta natureza gerem necessariamente os de maior abrangência. Em suma, podem existir casos onde as conseqüências da série de atos possam se processar de modo circular e restrito.

O agir comunicacional de um ponto de vista minimalista

Jürgen Habermas (1989) privilegia o entendimento da linguagem verbal ou não-verbal como ponto focal do estudo do fenômeno comunicacional. Para ele, a comunicação seria um agir, isto é, um comportamento, uma expressão humana observável e identificável. A aplicação da hermenêutica, tão defendida pelo autor, implicaria buscar os significados dos atos comunicacionais. Portanto, o sujeito observador identifica a ocorrência de determinado agir, o descreve, explica o seu provável conteúdo semântico e avança na direção de compreender o que ele significa no contexto social de sua existência.

O mesmo autor chamou a atenção para o problema do entendimento mútuo, sem o qual não se completaria o ato comunicacional. A análise deste implicaria pesquisar a

intenção do falante, o estabelecimento de uma relação interpessoal entre o falante e o ouvinte e a significação do ato como expressão da existência de algo no mundo. O intérprete, por exemplo, o pesquisador, não pode, seguindo-se o ideal hermenêutico, ser asséptico e superior ao ato interpretado. Deve reconhecer que a sua participação também é de natureza contextual e passível de nova interpretação dos seus próprios significados convenientes.

O filósofo alemão rejeita a possibilidade da empatia como solução do dilema, porque não acredita na possibilidade real de nos colocarmos por inteiro no lugar do outro. Acredita, no entanto, que “todas interpretações são interpretações racionais” (HABERMAS, 1989, p. 47). Isto ocorreria por efeito da necessidade do intérprete de recorrer a padrões reconhecidos pelos envolvidos como racionais. Adverte, por contradição, que os padrões usados no processo podem não ter a racionalidade pretendida.

Uma outra clivagem muito significativa deste filósofo consiste no exame da importância da moral e da ética no processo comunicacional. Em dois livros (1989;1992), ele abordou estas questões sistematicamente, como fundamentos essenciais da sua teoria do agir comunicativo. A postura de Habermas não tem nada a ver com os conceitos de moral e de ética que abundam em nosso senso comum. Para ele, interessa a moral e a ética pragmáticas, derivadas da práxis social, que se realizam por meio do discurso. Ele busca compreender os padrões consensuais de comportamento comunicacional que as classes e grupos sociais validam como justos. Outro aspecto a ser destacado é o da crítica do autor à crença na universalidade dos princípios normativos. Ele suspeita das tentativas contemporâneas de se reeditar a moral transcendental de Kant, que seria aplicável a todas as culturas e sociedades. Do mesmo modo, não está de acordo com o relativismo cultural contemporâneo que valida *a priori* todo e qualquer princípio normativo regulador da vida social, efetivado pelo discurso.

Habermas tem como matriz de suas teorias o pressuposto da racionalidade. De certo modo ele a naturaliza e, por consequência, a universaliza como padrão para reflexão e compreensão do ato comunicacional. Neste rigoroso autor, muito importante para a formação da consciência européia contemporânea, vive-se o reino de Hermes, o mensageiro dos deuses. O problema é que o nosso mensageiro é também outro, ou melhor, outros, os Exus.

Suspeito, usando a mesma hermenêutica de Habermas, da racionalidade dos atos comunicacionais, quando ocorrem em contextos de crise e diferenciações. É possível existir um agir comunicacional orientado para o entendimento mútuo em situação de profunda fragmentação social, política, identitária e cultural? Pode-se usar teorias criadas em contexto muito diverso para explicar atos comunicacionais na nossa realidade? O ato comunicacional pode se estabelecer fora que qualquer padrão de racionalidade e, todavia, ser aceito – naturalizado – socialmente? É possível que a linguagem não-verbal seja necessariamente irracional? Por que sempre damos maior valor à verbalização e deixamos em segundo plano outros tipos de comunicação?

Estudo de um microfenômeno comunicacional

O fato que narro a seguir – que também pode ser examinado como uma série de atos comunicacionais – aconteceu na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, em agosto de 1997. Mas é comum, absolutamente trivial, nas grandes metrópoles brasileiras. Talvez o desfecho seja mais genuíno, mas o processo é absurdamente rotineiro e vem se repetindo há pelo menos três décadas no cotidiano das cidades superpovoadas do Brasil. Na última década, houve um aumento de incidência de eventos similares. Basta ler o jornal ou ver o telejornal. Neles serão encontrados casos ou situações semelhantes. Conversando com amigos, colegas e familiares, sempre haverá alguém para contar algo parecido. As estatísticas, com sua frieza habitual, quando existem ou são divulgadas, confirmam esta realidade.

Refiro-me a um assalto à mão armada praticado por dois homens em um sinal de trânsito. Este ocorreu a uma hora da madrugada numa das vias mais movimentadas de Niterói, em frente ao seu principal hospital público (Antônio Pedro) que é parte das estruturas da Universidade Federal Fluminense.

Um casal de meia idade retornava para casa, vindo da formatura de um dos seus filhos. Estavam em um automóvel com um ano de uso, um modelo compacto e ‘popular’, típico dos setores médios das classes médias deste fim de século. A abordagem foi rápida, tal como é de praxe. De arma na mão, um dos agressores pediu o carro com voz de comando. O motorista, em um arroubo juvenil, inclinou o corpo para frente e arrancou. Ato contínuo, ouviu-se um disparo.

O automóvel andou alguns metros e bateu em um poste. O marido pendeu sobre o volante e o sangue jorrou de seu crânio. A esposa gritou até entrar em estado de choque, chamando a atenção de várias pessoas. Os ladrões conseguiram se apossar de outro veículo e partiram rapidamente da cena do crime. Tudo isto ocorreu, como de habitual, em alguns segundos.

O que me interessa nesta comunicação é a observação deste fato sob o ponto de vista do(s) seu(s) significado(s) comunicacional(is). Para isto e como exercício propus o exame do problema aos meus alunos de Teoria da Comunicação.

Para tornar operacional esta discussão, considerei que o assaltante era um sujeito-emissor (falante), os assaltados, receptores (ouvintes). A bala disparada, uma mensagem não-verbal. Feito isto, perguntei-lhes qual era a opinião deles sobre o fato e, especificamente, sobre o conteúdo desta mensagem inusitada. Estabeleceu-se uma densa discussão e surgiram várias explicações. O interesse manifesto pela turma está certamente relacionado à sua condição social de, em sua maioria, pertencerem a mesma classe social da vítima. O local do fato, conhecido por todos, situado nas proximidades da Universidade, deve ter contribuído para o despertar da apatia recorrente.

Foi consensual entre eles considerar o fato – o assalto – como uma série de atos comunicacionais e a bala disparada como portadora de uma mensagem. Não houve dificuldade em compreender a existência dos aspectos não-verbais do agir dos envolvidos, assim como foi possível enfatizar os verbais. Não houve consenso quanto aos significados, em especial, o da bala-mensagem. Alguns não conseguiram analisar os atos em separado, optando por uma análise global do fato. Poucos detiveram-se na especificidade do disparo.

Um dos argumentos utilizados pelos alunos consistiu na proposição genérica de que os criminosos, que faziam coisas como esta, tinham problemas mentais. Outra idéia defendida foi a de que não haveria qualquer pensamento articulado neste tipo de ato, ele simplesmente ocorria. A teoria da banalização do crime foi aventada como possibilidade explicativa. Por fim, houve quem dissesse que a bala-mensagem teria como discurso possível a idéia de resposta ao ato de resistência ao assalto. Defendeu-se, também, que o ato criminoso narrado teria partido de pessoas com uma lógica diversa da cultivada pelos envolvidos nesta discussão.

Argumentei que mesmo que houvesse algum tipo de loucura envolvido neste fato, seria pouco provável que – trata-se de situação recorrente – em todos os casos isto fosse aplicável. Expliquei que achava difícil que o disparo prescindisse de uma decisão

tomada, isto é, de uma atividade cerebral articulada. Objetei contra a teoria da banalização, lembrando que o fato de ser banal – repetido à exaustão – inclui necessariamente a formação de um padrão comportamental (comunicacional) que pode ser identificado e estudado na sua especificidade social. Lembrei, também, que o assalto era um ato militar e o tiro aumentou os problemas dos ladrões.

Disparar uma arma de fogo em um local como aquele, contra quem estava desarmado e não apresentava qualquer risco ofensivo imediato, significou o aumento das possibilidades de captura ou morte dos assaltantes. Lembrei ainda que tínhamos um problema de difícil elucidação e que isto indicava as nossas dificuldades teóricas em lidar com os microfenômenos comunicacionais.

Examinando-se a questão da bala-mensagem pode-se teorizar sobre sua pluralidade de significações. Para a vítima, no primeiro momento, significou a sensação da morte possível e quase certa. Neste episódio, a bala tangenciou sua nuca, provocou um desmaio profundo e bastante sangue, não chegando, felizmente, ao seu real objetivo de abater a presa. A vítima, transformada em sobrevivente, deve ter reconstruído o fato, de acordo com sua identidade social e ideológica, reinterpretando-o a partir deste filtro. Presume-se que o autor do disparo tenha procedido segundo padrões normativos do grupo social do qual faz parte e do contexto sócio-político de seu tempo. Certamente, já tinha pré-definido em sua mente um ‘roteiro’ de possibilidades de comportamento. Fez o que sua lógica determinava fazer. Se a vítima fugir ou resistir, a ‘ordem’ do seu processo comunicacional intrapsíquico é esta: atirar para matar. Poderia não escolher, por exemplo, a cabeça como alvo etc. Mas, o seu leque de opções é muito restrito.

No Brasil, são comuns campanhas governamentais recomendando a não-resistência. Usam-se as mídias para convencer as pessoas de que elas devem aceitar o destino como bois em um abatedouro. Escapa dos objetivos deste trabalho o exame deste discurso. Todavia, chamo a atenção para dois problemas-chave. O primeiro, é que não há nenhuma evidência de que a não-reação salve, em todos os casos, alguém de receber um tiro ou qualquer outra agressão. O segundo, é que não existe qualquer comprovação de que a não-reação garanta o controle da situação. Creio que, a princípio, a vítima está subjugada e pouco influi sobre o que vai acontecer. Inúmeros fatores podem determinar o desenvolvimento do drama.

Penso ser simplista a idéia de que a simples não-reação ou a tentativa de submissão completa possam garantir o comportamento menos agressivo do assaltante. É lógico que se deve tentar qualquer coisa para impedir a consumação mais grave de atos

desta natureza, inclusive a tentativa de acalmar o agressor e ceder aos seus principais objetivos.

Temo, todavia, que um comportamento por demais submisso possa dar aos assaltantes uma idéia de que possuem um poder ainda maior. Possivelmente, a partir disto, a agressão possa ter novos contornos. Portanto, suspeito de receitas prévias que não levem em consideração a experiência acumulada sobre o assunto. Não creio, também, que todos feridos e mortos nestas situações tenham sempre ‘reagido’. Talvez, isto seja um discurso pronto, que serve como senso comum relativo a nossa ignorância sobre a real complexidade destes tipos de fatos.

Interessa, nesta discussão, compreender o porquê da repetição deste tipo de procedimento, isto é, como se formam os seus padrões normativos. Se o comportamento do agressor tivesse sido outro, teria agido fora dos parâmetros simbólicos do grupo social de que faz parte. Neste caso, agiu do mesmo modo que a polícia age em situação contrária, com a diferença de ter atirado, felizmente, sem conferir o resultado do feito e macabramente completá-lo. Seria um caso de reprodução da lógica repressiva de Estado?

Obviamente, o comportamento individual do sujeito-emissor da bala-mensagem só é compreensível se examinarmos o comportamento do seu grupo social e o estabelecimento dos seus critérios normativos. A interação social do grupo do agressor com o resto da sociedade deve ser considerada. Este tipo de fato não é universal e nem sempre existiu. Ao acionar o gatilho, o agressor movimentou-se dentro de uma complexa rede de relações sócio-comunicacionais simbólicas. O seu capital cultural, no sentido de Bourdieu (1987), foi o lastro de seu comportamento.

A vítima reagiu aos fatos, a partir de sua própria identidade e possibilidades. Poderia ter agido de vários outros modos. Mas, certamente, a opção da fuga estava presente no seu ‘roteiro’ de possibilidades, assim como a rendição ou contra-ataque, em outras condições materiais.

Penso que há certa previsibilidade, entendida como ‘roteiro’ de possibilidades, em eventos desta natureza. Em termos teóricos, isto significa dizer que o processo comunicacional obedece a paradigmas, que são identificáveis e analisáveis em um determinado tempo e espaço.

Se quisermos imaginar a nossa sociedade sem tais níveis de violência, teremos que compreender e tentar modificar o universo simbólico, onde este processo se estrutura e suas implicações político-sociais. É preciso advertir, que compreender não

significa modificar, quando se trata de estruturas de poder profundas. Pelo menos, pode-se abalar a rede de interesses dos que não desejam que tais fatos sejam discutidos em maior profundidade.

Creio que para entender o universo simbólico tanto do agressor como da vítima temos que levar em conta os fenômenos macrocomunicacionais envolvidos. Em nosso tempo, os padrões comportamentais transitam dos homens para as máquinas, que medeiam o processo comunicacional, e vice-versa. Suspeito que não é mais possível imaginar que as clivagens ético-morais dos grupos e classes sociais constituam-se de modo independente da interação com as mídias.

O problema teórico que aí enfrentamos é de como esta interação se processa. Acho que as mídias produzem inúmeros discursos e a audiência os lê das mais variadas formas. Não creio que as mídias sejam capazes de, isoladamente, definir e inculcar um padrão de comportamento comunicacional. Mas, não há dúvida, sobre o poder uniformizador, por meio da seleção e divulgação massiva dos eventos.

O processo comunicacional em nosso contexto

Não tenho dúvidas quanto à concepção do processo comunicacional, enquanto um agir comunicativo. Vivendo em um contexto muito distinto do experimentado por Habermas, não creio serem necessários padrões de racionalidade efetivos no estabelecimento da comunicação entre os homens. Se determinado tipo de comunicação é habitualmente 'perturbada', este é o seu padrão de existência.

Em um universo simbólico, onde Hermes convive e muitas vezes é vencido pelos Exus, é importante encontrar explicações que considerem as múltiplas clivagens sócio-culturais de um mundo ao mesmo tempo global e local. Creio, como Garcia Canclini (1997; 1999), que o espaço local subsiste no contexto da globalização. Ele precisa ser compreendido por meio do exame dos dados empíricos eivados da prática social.

No plano do concreto, penso haver diferenças significativas entre os micro e os macrofenômenos. Nos primeiros, as representações comunicacionais podem ser pesquisadas a partir da ação dos indivíduos envolvidos. Nos segundos, por exemplo, em uma emissão ou recepção televisiva, têm-se representações múltiplas, que simulam os primeiros.

Talvez, a chave de compreensão do processo comunicacional esteja mais facilmente identificável, observável e compreensível nos microfenômenos, que denotam as articulações que originam os demais. De modo algum, isto significa abandonar o exame dos fenômenos de maior envergadura. Ao contrário, defendo uma mudança de estratégia, uma inversão do olhar do pesquisador interessado na compreensão dos fenômenos comunicacionais. Busco a valorização das suas diferentes dimensões particulares e, a partir delas, fazer a apreensão do sentido e dos significados mais gerais.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 2 ed. São Paulo : Perspectiva, 1987. 361 pp.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Eloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2 ed. São Paulo : EDUSP, 1998. 385 pp.

CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização. Trad. Maurício Santana Dias. 2 ed. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1999. 292 pp.

CANCLINI, Néstor Garcia. Cultura y comunicación: entre lo global y lo local. La Plata (Argentina) : Universidad Nacional de La Plata, 1997. 133 pp.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Trad. De Guido de Almeida. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. 236 pp. A edição original em alemão é de 1983.

HABERMAS, Jürgen. De l'éthique de la discussion. Paris : CERF, 1992. A edição original em alemão é de 1991. 202 pp.

MATTELART, Armand e Michèle. Histoire des théories de la communication. Paris : La Découverte, 1995. 125 pp.

RUDIGER, Francisco. Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a escola de Frankfurt. Porto Alegre : EdiPucRS, 1999. 261 pp.